

Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização

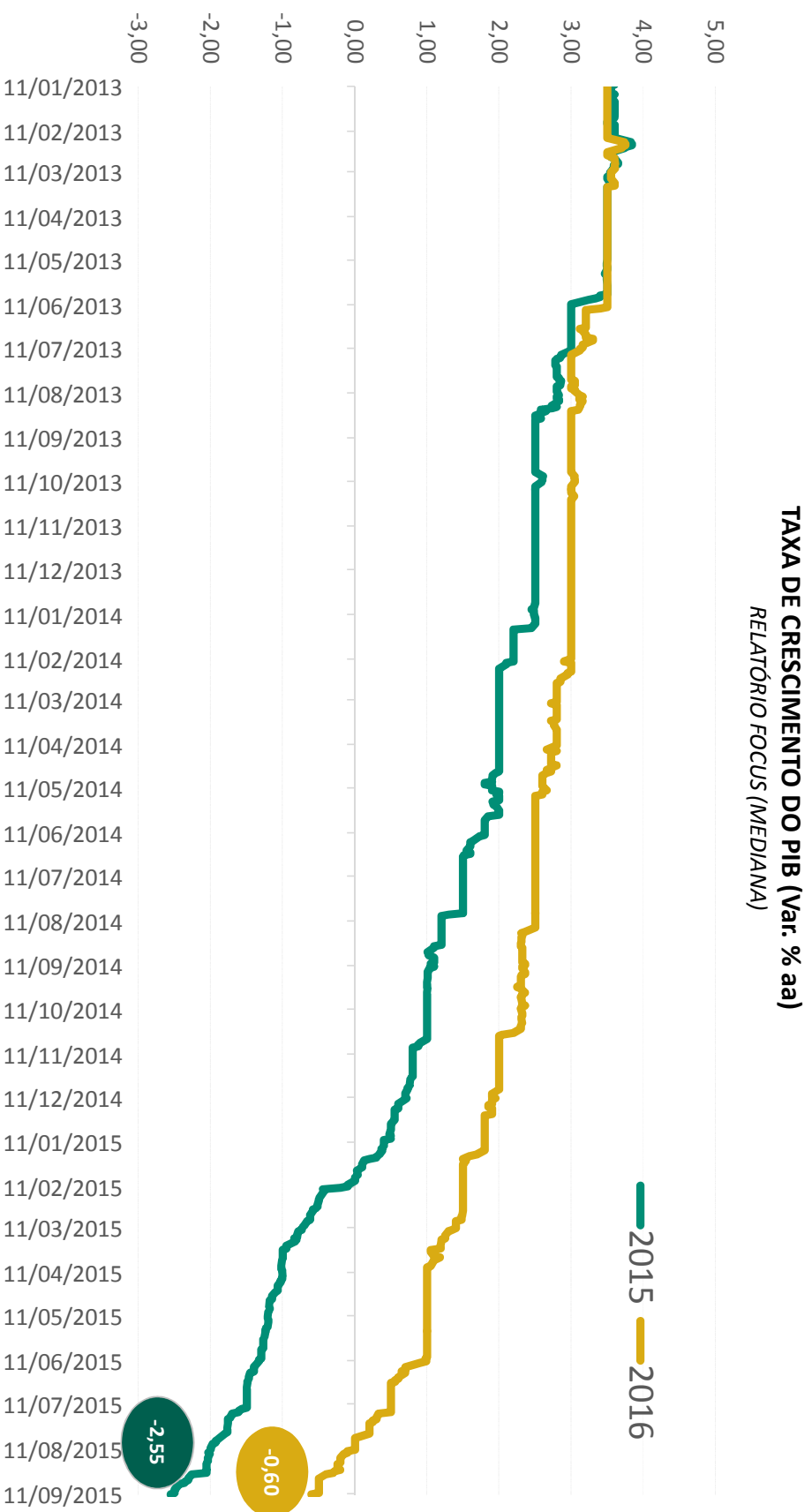
24 de setembro de 2015

Marcelo Barbosa Saintive

Secretário do Tesouro Nacional

Contexto Macroeconômico

Deterioração das expectativas macroeconômicas.

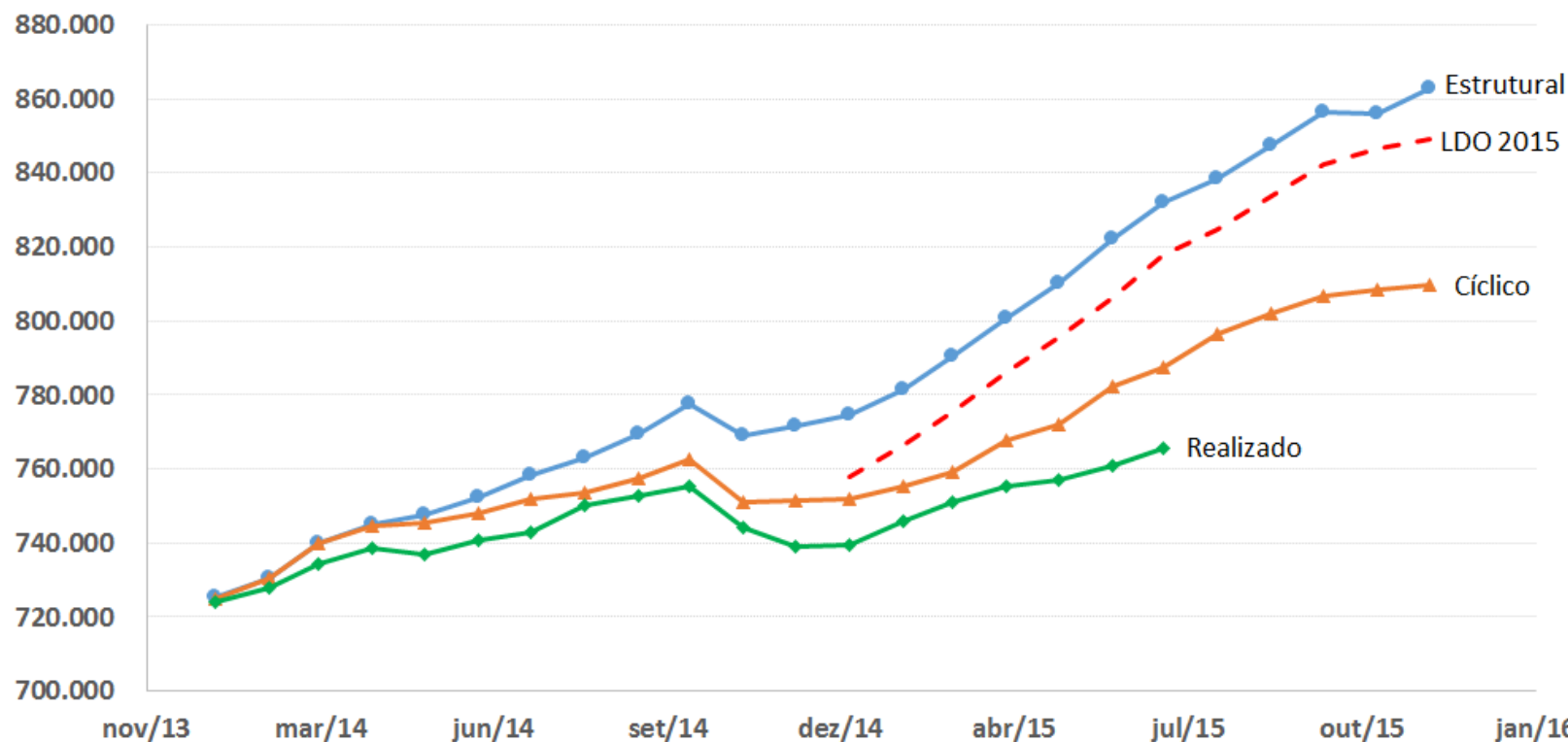


Fonte: Relatório FOCUS.
Elaboração: Tesouro Nacional

Projeção das Receitas Administradas pela RFB.

Receita Líquida de Restituições, acumulada em 12 meses, em R\$ bilhões.

Evolução da Arrecadação das Receitas* Administradas pela RFB e estimativa para 2015



* Exceto CPSSS e Previdenciária

● CENÁRIO 1
Arrec. Estrutural
PIB: 2014=2,5%; 2015=2%

▲ CENÁRIO 2
Simulação Parâmetros Efetivos
(2014 e última grade 2015)

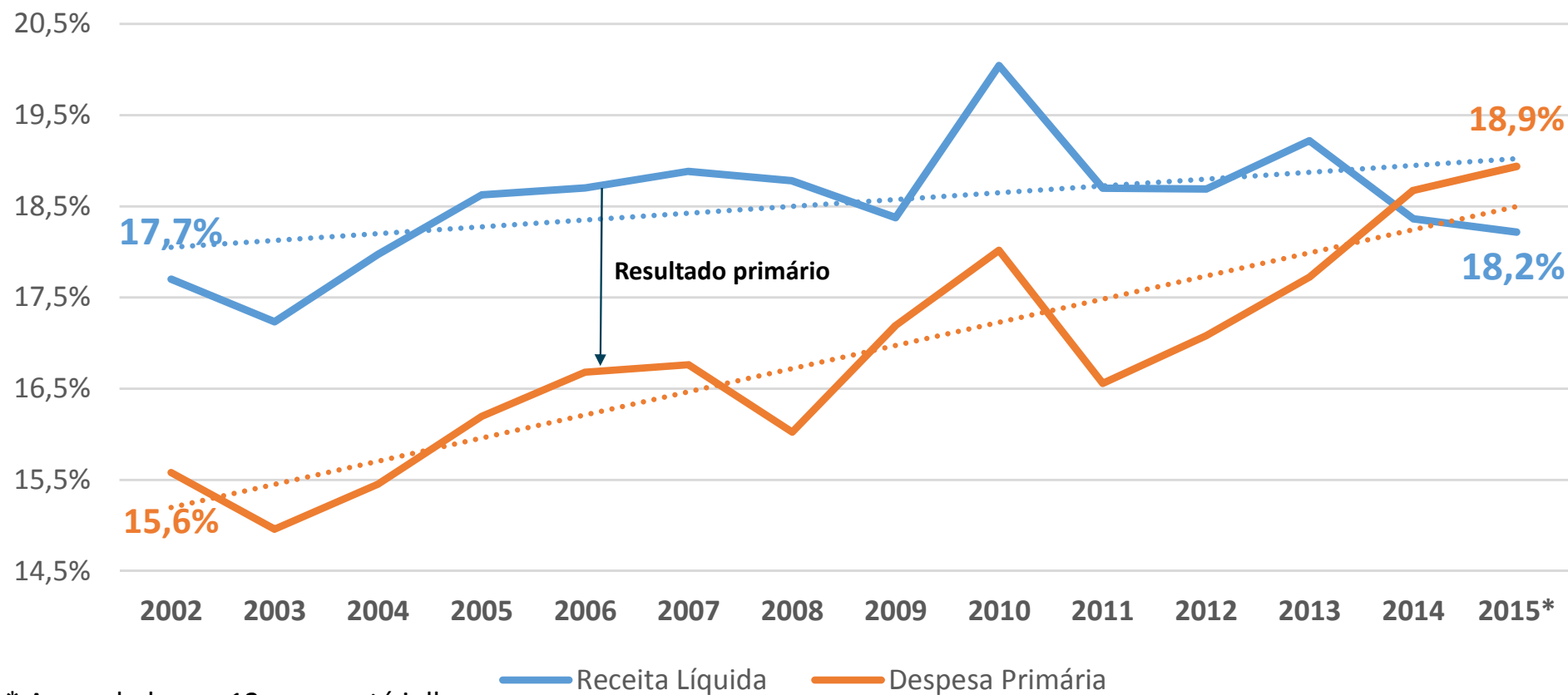
◆ CENÁRIO 3
Arrec. Efetiva
(2014 e Realizado até Julho/15)

- - CENÁRIO 4
LDO

Fonte: RFB
Elaboração: Ministério da Fazenda

Receita Líquida e Despesa Primária.

Governo Central: Receita Líquida** e Despesa Primária (% PIB)



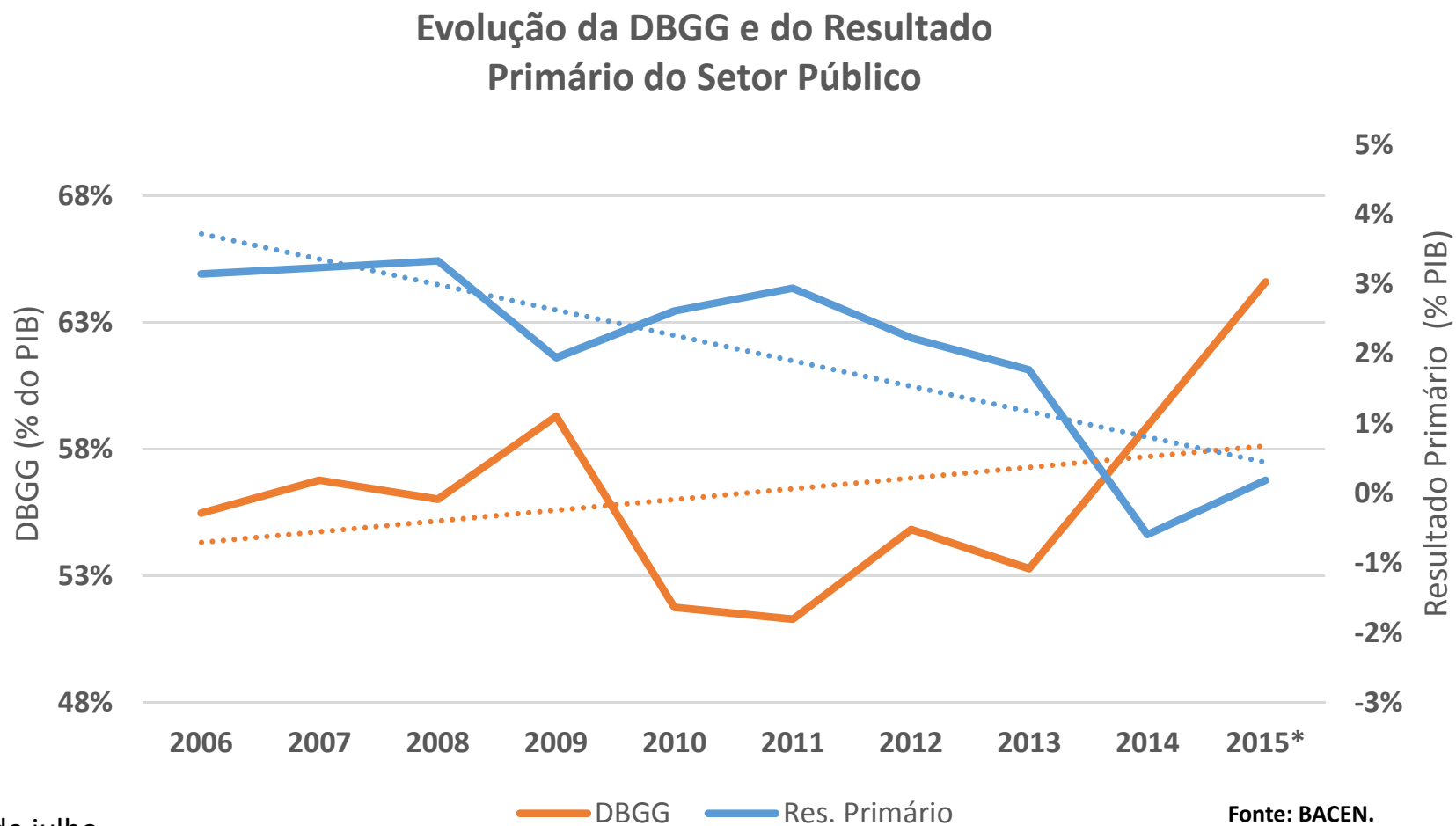
* Acumulado por 12 meses até julho

** Inclui Contribuições Sociais.

Fonte: STN

Elaboração: Ministério da Fazenda

Relação entre Resultado Primário e a Dívida.

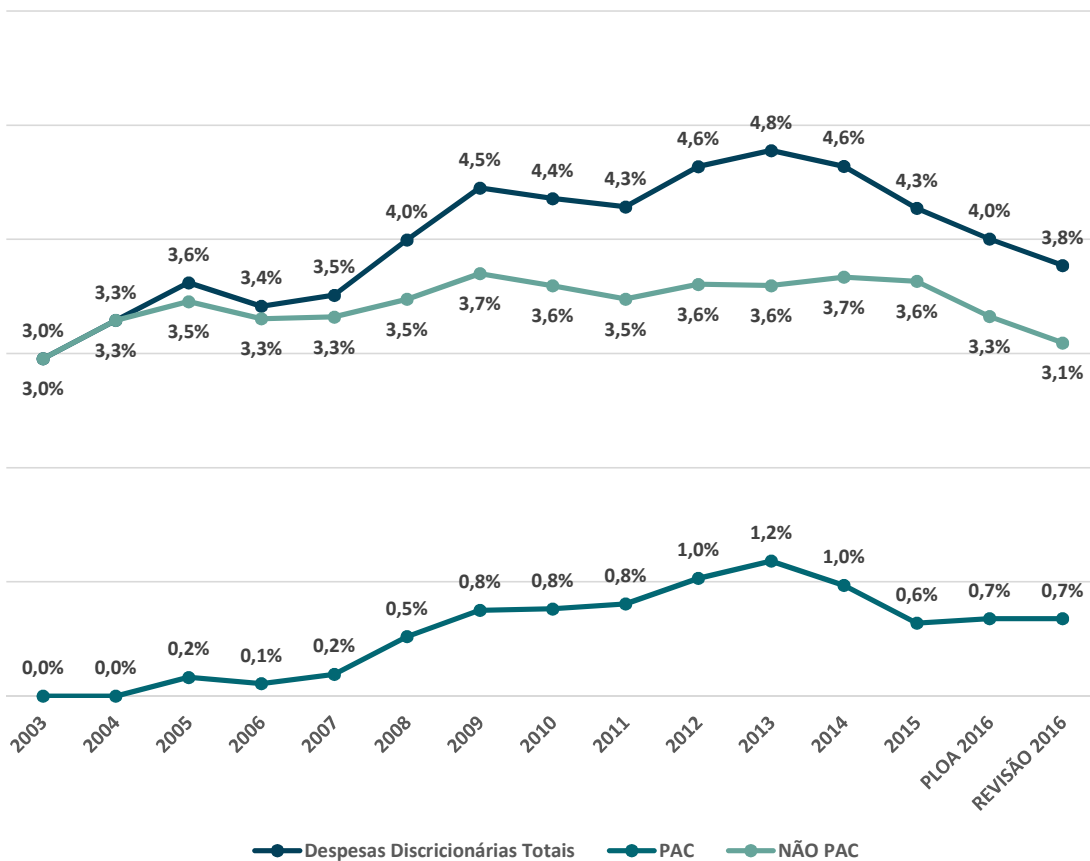


* Posição de julho

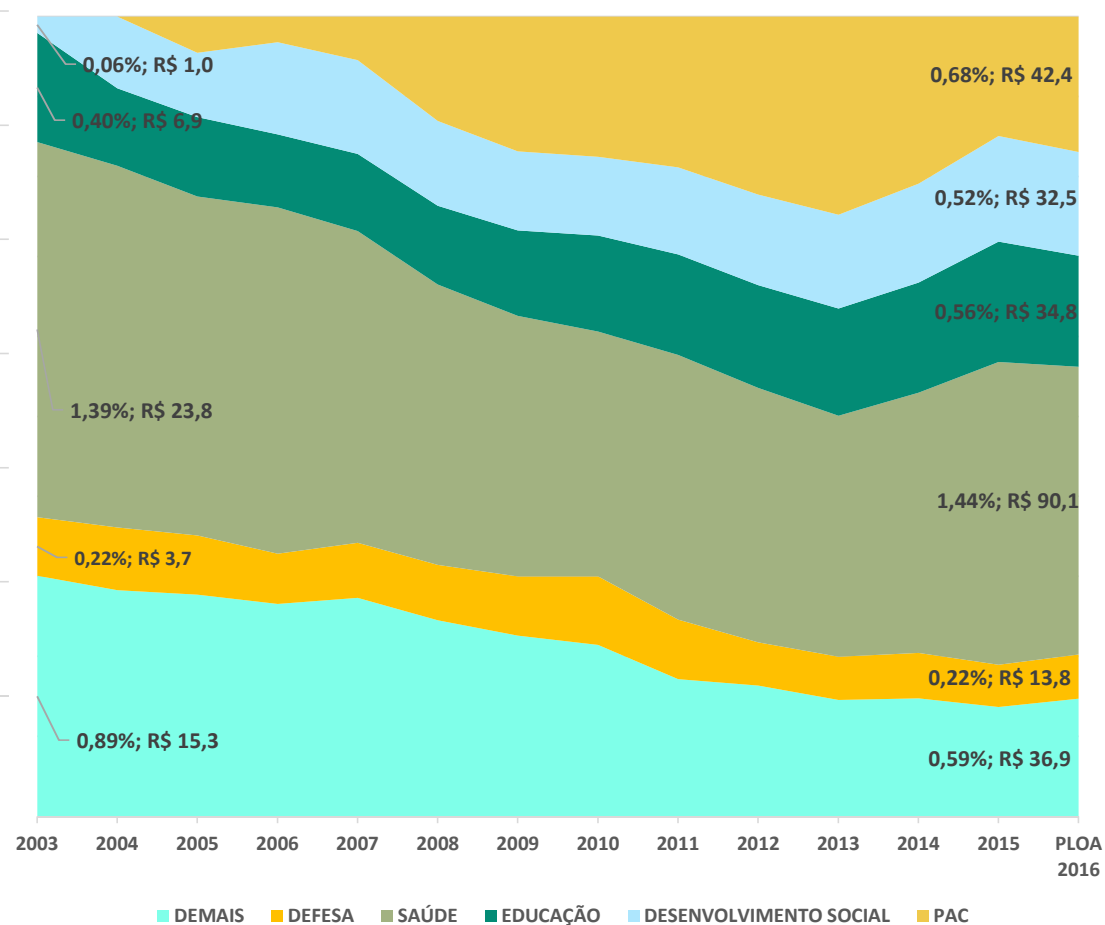
Fonte: BACEN.
Elaboração: Tesouro Nacional

Despesas Discricionárias

Discricionárias Agregadas em relação ao PIB

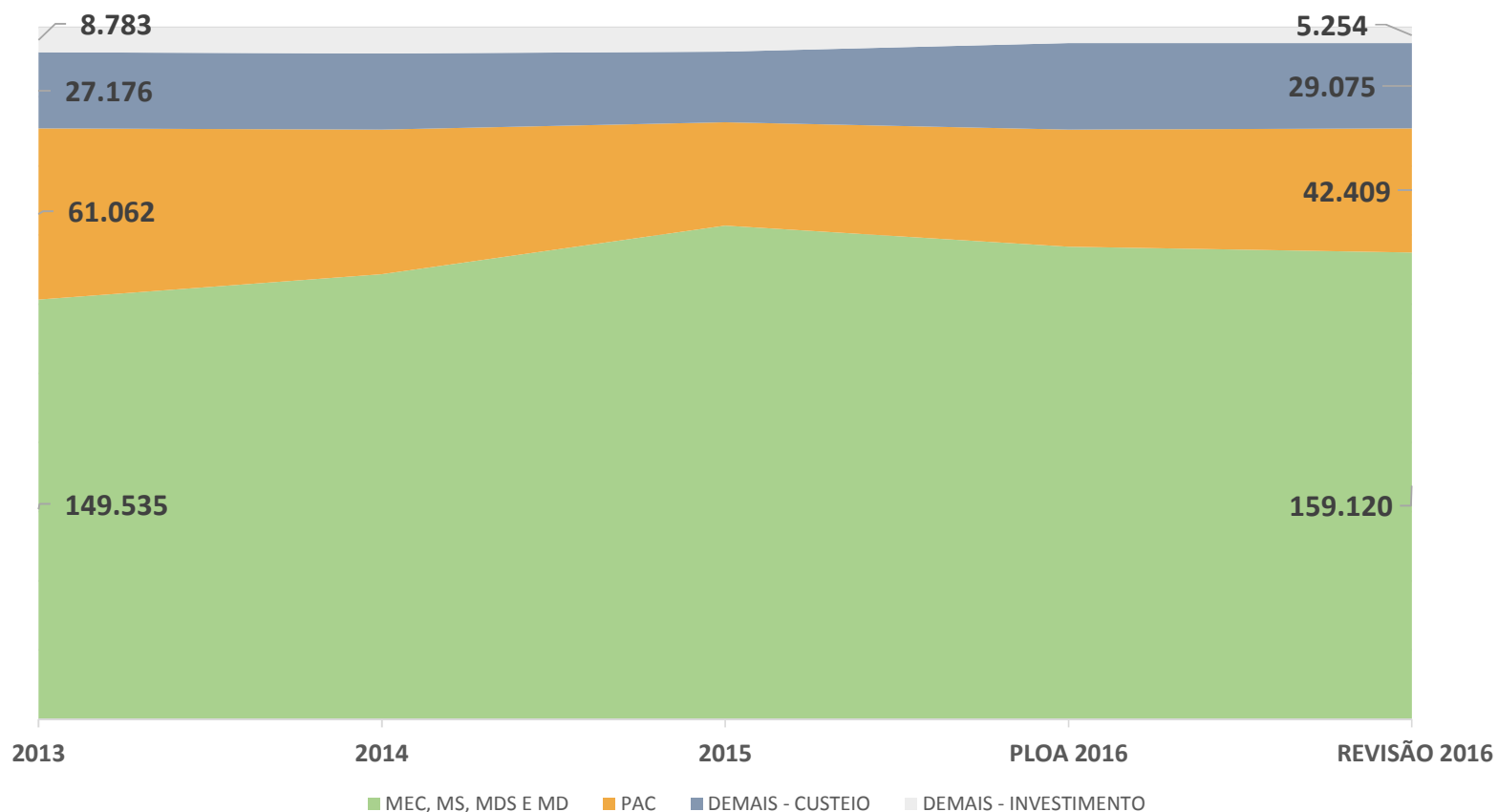


Despesas Discricionárias Participação percentual/PIB e valores em R\$ bilhões



Despesas Discricionárias

Demais Despesas Discricionárias Em R\$ milhões

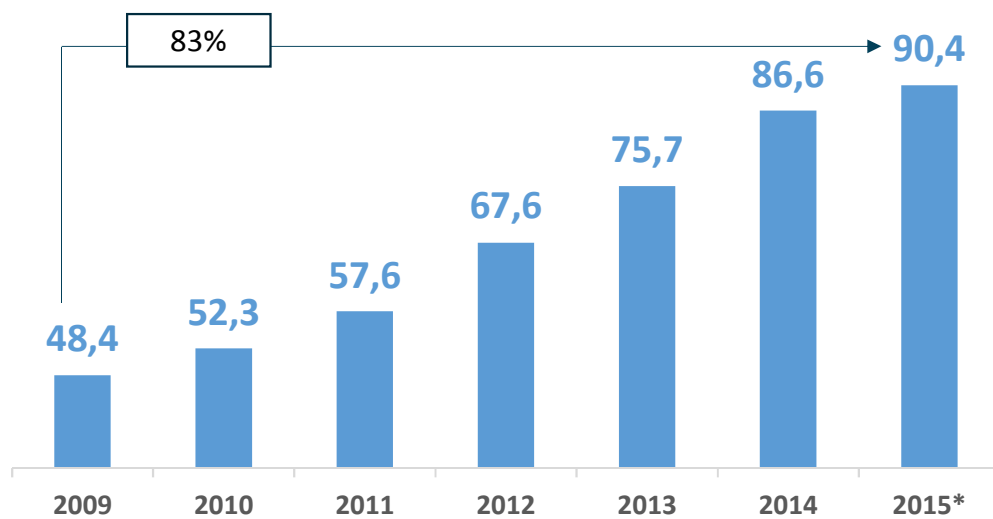


Critério para revisão 2016: ajuste proporcional nas demais despesas e no MEC, MS, MDS e MD

Mínimos Constitucionais

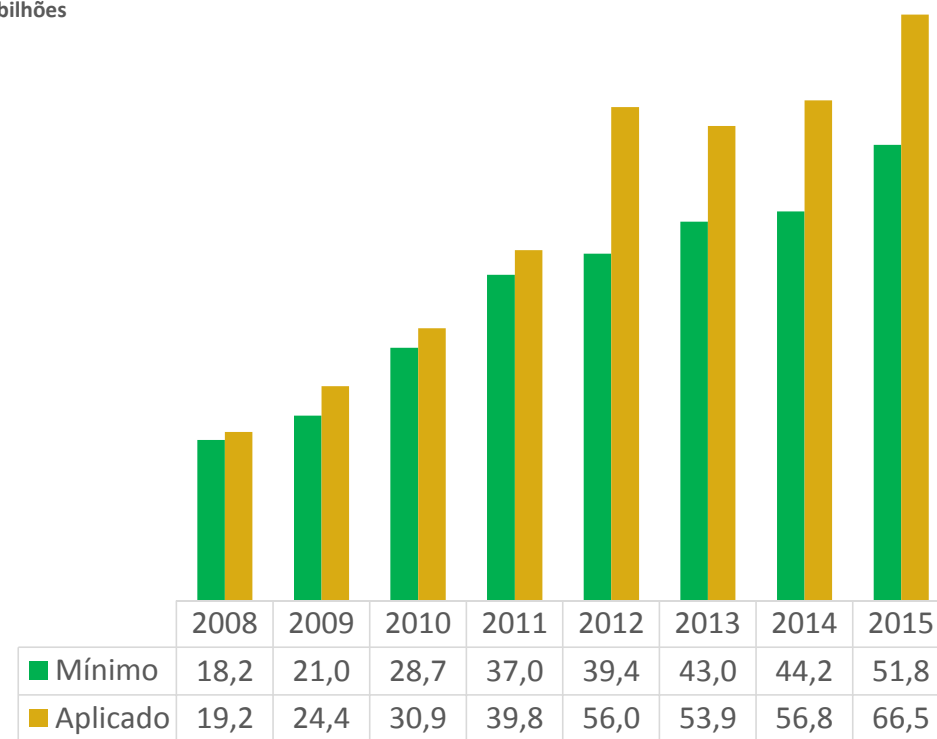
Gastos com Saúde

(em R% bi)

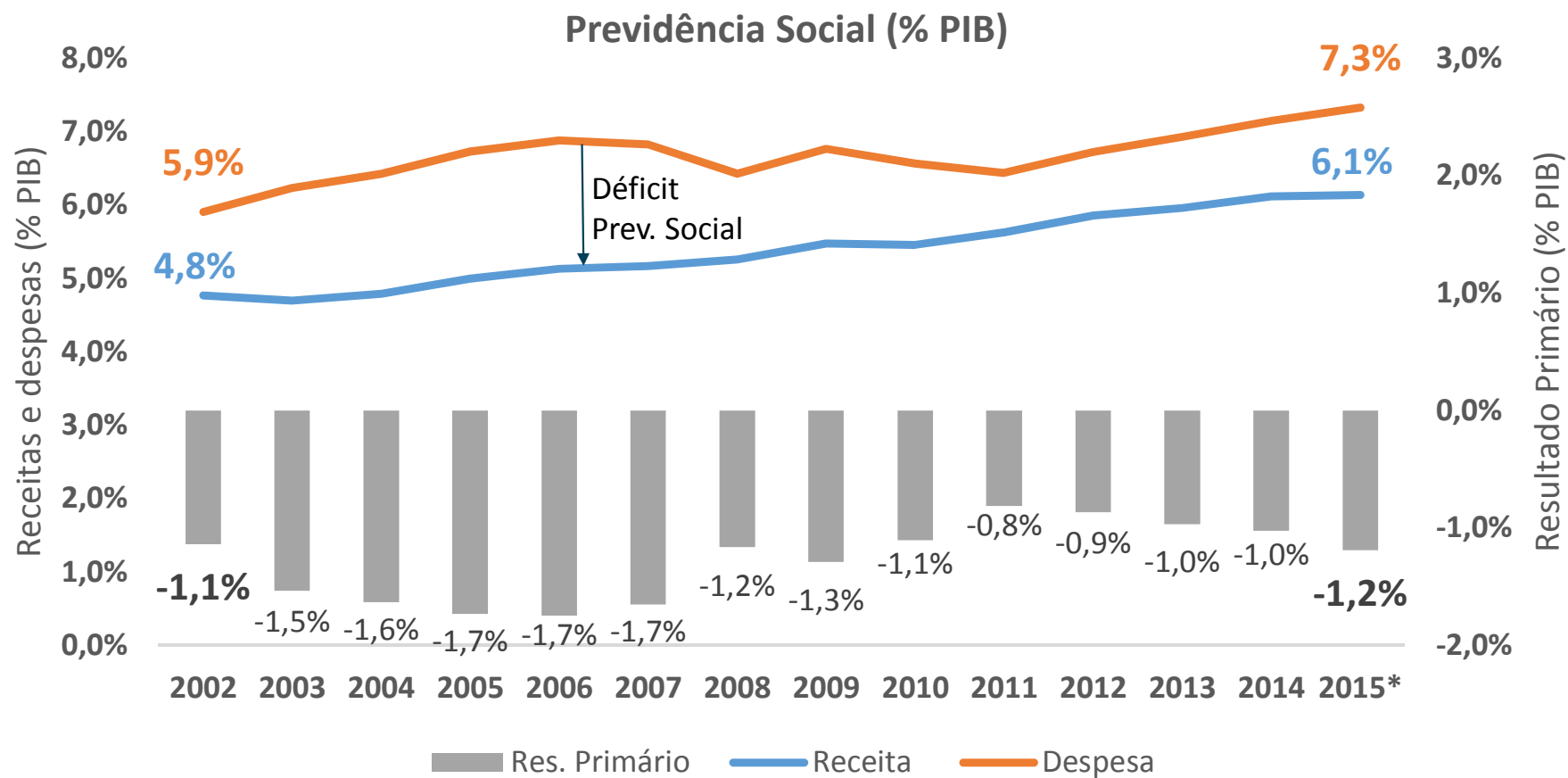


Gasto em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

R\$ bilhões



Previdência Social.

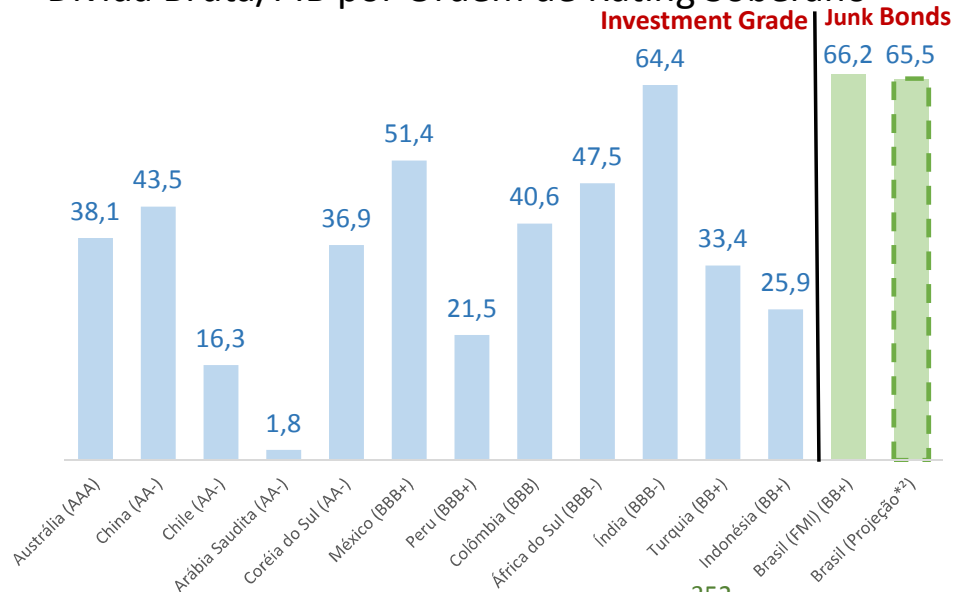


* Acumulado por 12 meses até junho

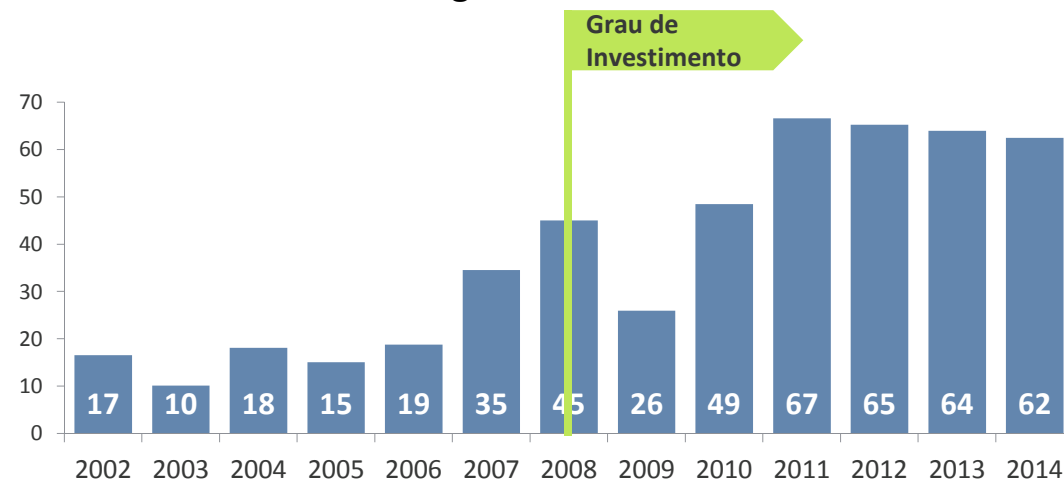
Fonte: STN
Elaboração: Ministério da Fazenda

Dívida, Nota de Crédito Soberana e Investimento Estrangeiro

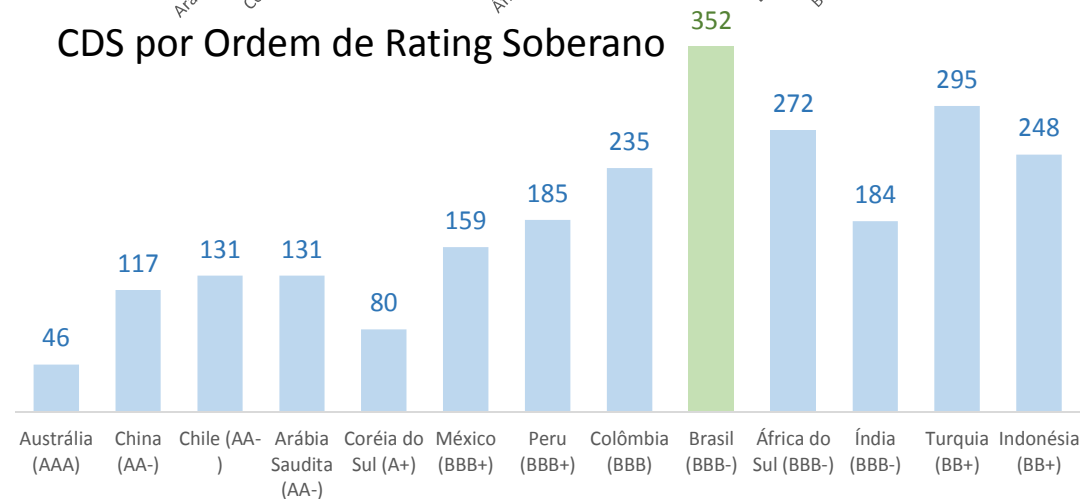
Dívida Bruta/PIB por Ordem de Rating Soberano



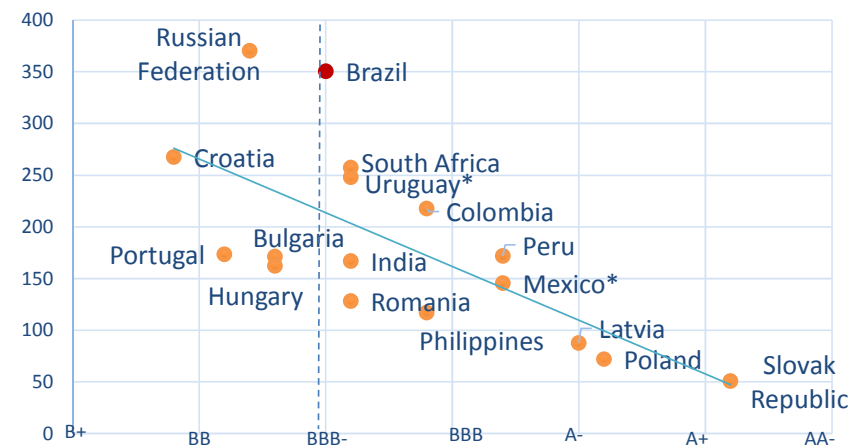
Investimento Estrangeiro Direto, em U\$ bilhões



CDS por Ordem de Rating Soberano



CDS x Rating



Fontes: FMI, BACEN e Bloomberg.

Elaboração: Ministério da Fazenda.

Ratings da S&P.

Transparência do Tesouro Nacional

Excelência em Transparência

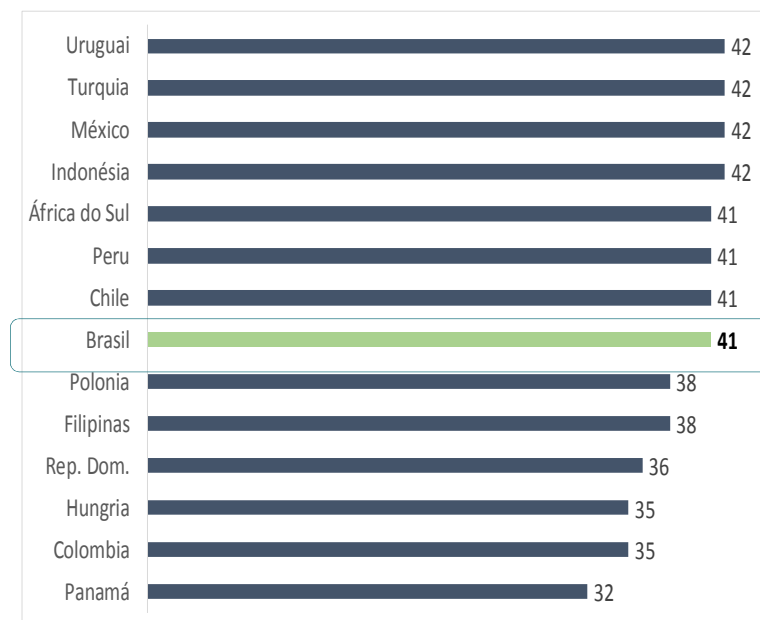
- Brasil ocupa 3ª posição na comparação com 86 países
- A frente de EUA, Alemanha, Dinamarca
- O índice comparativo é baseado na disponibilidade de informações chave

Relacionamento com Investidor

- O Instituto Internacional de Finanças classificou o Brasil entre os melhores no critério de relacionamento com investidor entre os países emergentes

3	Brazil		70%
6	Spain		65%
14	Denmark		40%
16	Norway		10%
16	Germany		10%
16	United States		10%

<http://index.okfn.org/dataset/spending/>



Ações do Tesouro Nacional

Projeto Tesouro Transparente

- Portal de acesso às principais informações fiscais do governo, de forma tempestiva e contínua
- Disponibilizará em um único local pesquisas com fonte no Siafi, de forma simples e rápida

Nota Esclarecimento - Julho de 2015

- Demonstra a tempestividade no pagamento de Bolsa Família, Seguro-Desemprego, Royalties, entre outros
- Reitera o compromisso do STN com a realização planejada e transparente da programação e da execução financeira

Avaliação da Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência

- Tesouro Nacional tem papel importante na conscientização e na análise da qualidade do gasto
- Lançamento de livro que destaca o desafio de se fazer mais com menos e priorização de despesas
- Resultante de parceria entre STN, o Banco Mundial e o setor acadêmico



Relatório Quadrimestral

1º Quadrimestre de 2015

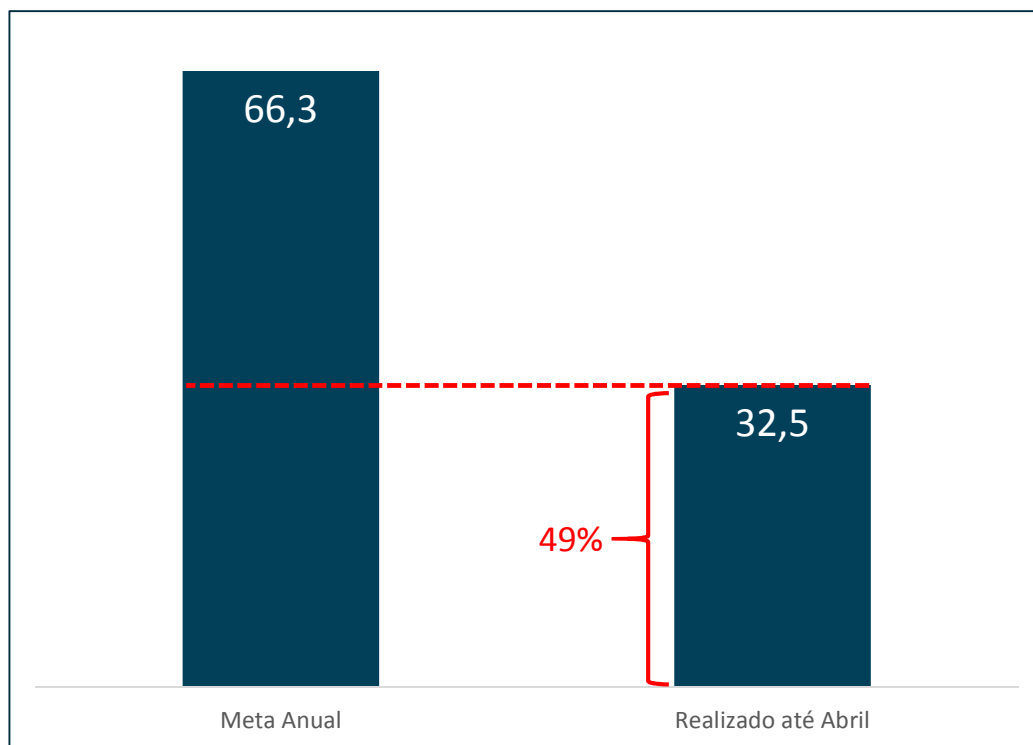
Relatório Quadrimestral e a Legislação

- **O art. 51 da LDO-2015** estabelece que, até trinta dias após a publicação da LOA, deverá ser publicado cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do **art. 8º da LRF**, com vistas ao cumprimento da meta de superávit primário estabelecida nesta Lei.
- **O art. 9º da LRF** dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de primário estabelecidas na LDO, os Poderes, o MPU e a DPU promoverão, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira. Por sua vez, o **art. 52 da LDO 2015**, estabelece que, caso seja necessário efetuar limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e o informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.
- **A LOA-2015** foi publicada no dia 22 de abril de 2015, enquanto em 22 de maio de 2015, o Poder Executivo apresentou o **Relatório de avaliação de receitas e despesas do 2º bimestre** e publicou o **Decreto nº 8.456**. Em relação à LOA 2015, o Relatório reduziu a estimativa da receita líquida para 2015 em R\$ 65,1 bilhões. Quanto às estimativas de despesas obrigatórias, houve uma elevação de R\$ 5,8 bilhões, resultando na **limitação das despesas discricionárias de todos os poderes de R\$ 70,9 bilhões**.
- Como o Decreto nº 8.456 foi publicado após o final de abril, este não apresentou metas fiscais para o primeiro quadrimestre. Dessa forma, **o Relatório do 1º Quadrimestre não avalia o cumprimento da meta do primeiro quadrimestre**, limitando-se a reportar o resultado realizado e a programação orçamentária e financeira anual, além dos demais dados requeridos pela legislação.

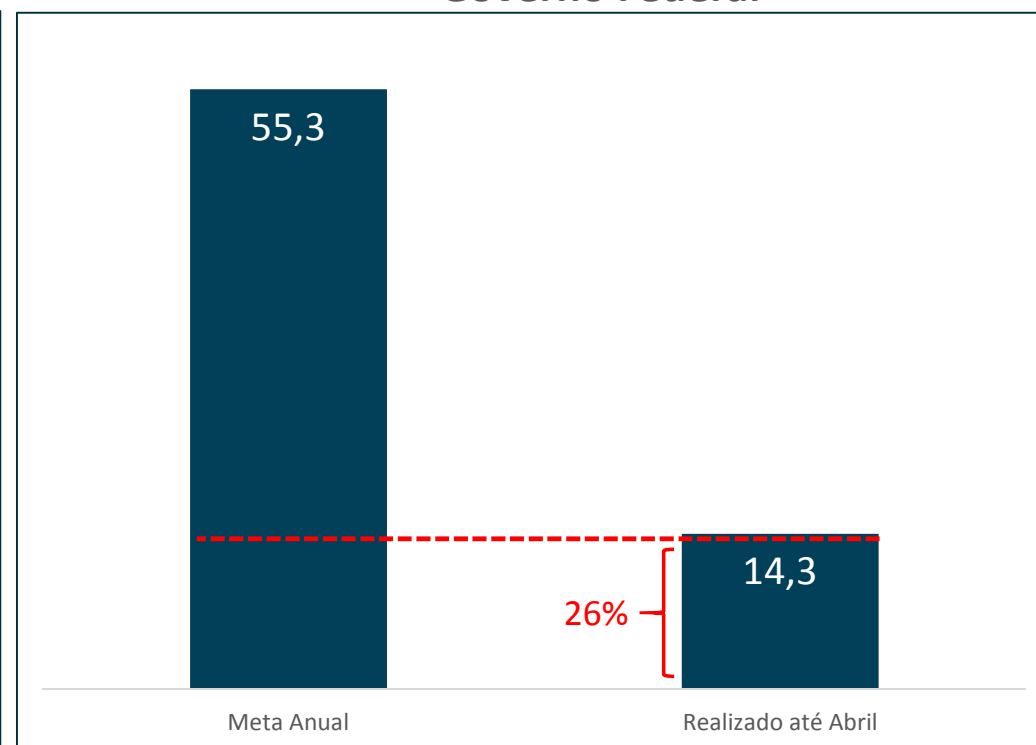
Resultados do Quadrimestre

Meta anual x Primário realizado no quadrimestre

Setor Público



Governo Federal



Fonte: Relatório Quadrimestral
Elaboração: Ministério da Fazenda

Superávit do Gov. Federal.

O Superávit Primário do Gov. Federal realizado até o quadrimestre é de R\$14,3 bilhões (26% da meta).

Resultado primário realizado do Governo Federal – Janeiro a abril de 2015

	Realizado Jan-Abr 2015	
	R\$ bilhões	% PIB ^{/1}
1. RECEITA TOTAL	321,1	17,1%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	71,5	3,8%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	249,6	13,3%
4. DESPESAS	213,9	11,4%
5. RESULTADO DO TN	35,8	1,9%
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA	-21,2	-1,1%
7. GOVERNO CENTRAL (5+6)	14,6	0,8%
8. AJUSTE METODOLÓGICO ^{/2}	1,0	0,1%
9. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA ^{/3}	0,0	0,0%
10. GOVERNO CENTRAL ABAIXO-DA-LINHA (7+8+9)	15,5	0,8%
11. RESULTADO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	-1,3	-0,1%
12. RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (10+11)	14,3	0,8%

Fonte: BCB, RFB e STN/MF. Elaboração: STN/MF.

^{/1} PIB acumulado do ano até abril (estimativa BCB)

^{/2} Recursos referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional

^{/3} Diferença entre o primário apurado pelo BCB, "abaixo-da-linha", e o primário apurado pela STN/MF (incluído Itaipu), "acima-da-linha".

Relatório Quadrimestral

3º Quadrimestre de 2014

Avaliação do cumprimento da meta – Janeiro a Dezembro de 2014, R\$ Milhões

ESFERA	Meta LDO 2014	Decreto 8.367/2014	Valor mínimo para o resultado ^{/1} [A]	Resultado Realizado [B]	Desvio	
					[C]=[B]-[A]	[D]=[C]/[A]
Governo Federal	116.072,0	10.101,5	-45.669,0	-22.479,3	23.189,7	-50,78%
Governo Central	116.072,0	10.101,5	-45.669,0	-20.471,7	25.197,3	-55,17%
Empresas Estatais Federais	0,0	0,0	0,0	-2.007,6	-2.007,6	
<hr/>						
Ações no âmbito do art. 3º da LDO-2014						
{ PAC	67.000,0	105.970,5	161.741,04	57.698,04		
{ Desoner. Tributos				104.043,0		

Fonte: BCB, SOF/MP, RFB/MF e STN/MF.

Elaboração: STN/MF.

^{/1} O art. 3º da LDO-2014 (alterado pela Lei 13.053/14) define a possibilidade de redução da meta até o montante do PAC e das desonerações de tributos.

Desvio das receitas e despesas do Tesouro Nacional em relação às previstas – 2014 - R\$ Milhões

INDICADORES	Decreto nº	Realizado	Desvios	
	8.367/2014		[C]=[B]-[A]	[D]=[C]/[A]
	[A]	[B]		
1. RECEITA TOTAL	898.985,1	883.962,5	-15.022,5	-1,67%
1.1 Receitas Administradas pela RFB/MF ^{/1}	747.898,2	739.171,7	-8.726,4	-1,17%
1.2 Receitas Não Administradas	151.086,9	144.790,8	-6.296,1	-4,17%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	199.730,8	198.485,3	-1.245,5	-0,62%
2.1 FPE/FPM/IPI-EE	154.500,8	156.823,0	2.322,1	1,50%
2.2 Demais	45.230,0	41.662,4	-3.567,6	-7,89%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	699.254,2	685.477,2	-13.777,0	-1,97%
4. DESPESAS	643.460,1	646.022,0	2.561,9	0,40%
4.1 Pessoal e Encargos Sociais	218.020,3	222.375,4	4.355,1	2,00%
4.2 Outras Despesas Correntes e de Capital	425.439,8	423.646,6	-1.793,2	-0,42%
4.2.1 Não Discricionárias	151.220,9	154.252,5	3.031,6	2,00%
4.2.2 Discricionárias - Todos os Poderes	274.218,9	269.394,0	-4.824,8	-1,76%
5. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (5.1-5.2)	-49.192,6	-56.698,1	-7.505,5	15,26%
5.1 Arrecadação Líquida INSS	346.339,4	337.503,1	-8.836,3	-2,55%
5.2 Benefícios da Previdência	395.532,0	394.201,2	-1.330,8	-0,34%

Fonte: SOF/MP e STN/MF. Elaboração: STN/MF.

^{/1} Receitas Administradas Líquidas de restituições e incentivos fiscais.

Principais desvios:

- Outras Receitas Administradas: R\$ 7,2 bilhões (25,73%) abaixo do estimado: reclassificação de receitas, por estimativa, especialmente para o IPI, IRPJ e CSLL.
- Receitas não administradas: R\$ 6,3 bilhões (4,17%) abaixo do estimado, devido à frustração de: Cota-Parte de Compensações Financeiras; Receita Própria e Demais;
- As Transferências a Estados e Municípios inferior ao projetado em R\$ 1,2 bilhão (desvio de 0,62%);
- **Despesas Não Discricionárias: R\$ 3,0 bilhões (2,0%)** acima do previsto, com destaque para Abono e Seguro Desemprego em R\$ 2,1 bilhões acima;
- **Despesas Discricionárias - Todos os Poderes, R\$ 4,8 bilhões (1,76%)** abaixo do previsto;